



## PARTIDO DA MOBILIZAÇÃO NACIONAL

### ESTATUTOS DA MOBILIZAÇÃO DEMOCRÁTICA - PMN/PPS

**TÍTULO I** das disposições preliminares **Capítulo Único** Art.1º - A Mobilização Democrática, resultante da fusão do Partido da Mobilização Nacional - PMN, nascido com a missão de dar continuidade ao único projeto político da nossa história - a Inconfidência Mineira, pluripartidarista, que torna possível a união dos ideologicamente afins e a intransigente defesa dos sagrados direitos da pessoa humana, entre os quais o de escolher livremente a forma de governo e o regime político em que pretende viver e do Partido Popular Socialista - PPS, cujo objetivo permanente é a ampliação da democracia e a valorização da cidadania, no processo de construção de uma sociedade socialista, ecologicamente equilibrada e auto-sustentável, humanista, libertária e multilateral, organização política. É pessoa jurídica de direito privado, com duração por tempo indeterminado, com sede e foro em Brasília, Distrito Federal. Art.2º. A Mobilização Democrática como instrumento de representação política, orientar-se-á por seu manifesto, programa, estatutos e demais diretrizes de ação política, social e econômica, absorvendo os princípios que originaram a construção dos Partidos que lhe deram origem, aprovados por seu Congresso Nacional, realizado em 17.04.2013, é entidade de âmbito nacional, congregando cidadãos de ambos os sexos, sem restrições de qualquer ordem, que estejam no gozo de seus direitos políticos e civis, que aceitem e defendam as teses da Mobilização Democrática. Art.3º. A Mobilização Democrática, mantém como patrono, TIRADENTES, e adota: como sigla, MD, como número 33, como símbolos: até ulterior deliberação, os logos oficiais dos Partidos que lhe deram origem, na seguinte ordem:PPS - PMN. **TÍTULO II** do filiados, **CAPÍTULO I**, da filiação Art.4º. São filiados da MD, os brasileiros e os legalmente equiparados, regularmente inscritos nos registros dos órgãos partidários. § Primeiro - A filiação é feita perante a direção municipal, em fichas individuais padronizadas, em três (3) vias, devendo uma ser arquivada na secretaria municipal e outra remetida com ofício, à secretaria estadual do partido. § Segundo - O filiados receberá carteira de identificação partidária que servirá de instrumento para participação nas atividades partidárias. § Terceiro - Nas datas fixadas e na forma da legislação em vigor, a direção municipal atualizará perante a Justiça Eleitoral o cadastro de seus filiados. § Quarto - a filiação poderá ser feita, também, perante as executivas estadual ou nacional. § Quinto - Qualquer membro da MD poderá, no prazo de sete (7) dias úteis, a contar da fixação, na secretaria correspondente, da lista de pretendentes à filiação, impugnar, por escrito, o pedido de inscrição, notificando-se o impugnado para, em igual prazo, apresentar defesa. § Sexto - A impugnação só poderá ser conhecida pela executiva municipal ou pela estadual, se fundamentada em inelegibilidade, na forma da Constituição Federal. Lei complementar nº 64 ou dispositivo que vier substituí-la, perda ou restrição de direitos políticos e no fato do pretendente não possuir reputação ou conduta política ilibada. § Sétimo - Esgotado o prazo de contestação, a executiva municipal ou a estadual terá o prazo de dez (10) dias para decidir. A falta de decisão importa em deferimento da inscrição. § Oitavo - Da decisão negatória, que será sempre motivada, caberá recurso, com efeito meramente devolutivo, no prazo de cinco (5) dias, à executiva nacional, salvo quando a decisão for proferida por ela própria, decisão esta de caráter irrecorrível. § Nono - Não serão acolhidas filiações de integrantes das agremiações fusionadas, que tenham sofrido processo condenatório pelos respectivos órgãos de ética e disciplina partidária. **CAPÍTULO II** do cancelamento da inscrição Art.5º. A inscrição será cancelada nos casos de: -I- morte; -II- solicitação do eleitor; -III- perda dos direitos políticos; -IV- impedimento legal; -V- expulsão. **CAPÍTULO III** da disciplina, fidelidade partidária, direitos e obrigações dos filiados Art.6º. Ao filiar-se a MD, o eleitor: -I- aprova e subordina-se ao manifesto, programa, estatutos, diretrizes e regimentos do Partido, bem como às decisões, deliberações e resoluções de suas instâncias partidárias, subordinação essa que permanece, ainda que eleito parlamentar ou chefe do poder executivo, vice, ou, no exercício de cargo comissionado de agente político; -II- reconhece, expressamente, que todo mandato que vier a exercer pertencem à MD e é exercido em seu nome. -III- reconhece que a aprovação de nomes para a composição dos gabinetes de liderança será feita pela direção executiva do nível correspondente ao cargo a ser ocupado. -IV- outorga à MD o direito/dever de fazer cumprir estes dispositivos, buscando, se necessário, medidas judiciais cabíveis, reconhecendo, ainda, expressamente, que o descumprimento de qualquer dos deveres manifestados neste capítulo, tais como a atitude, manifestação ou voto contrário às normas e deliberações partidárias, caracterizam infidelidade partidária. -V- os filiados não respondem subsidiariamente pelas obrigações contraídas em nome da MD, Art.7º. São direitos dos filiados: -I- a voz e voto nos congressos, nas convenções, conselhos e plenárias para os quais esteja habilitado. Nas demais instâncias depende de delegação, conforme dispõem estes estatutos. -II- ampla defesa nos processos a que for submetido para apuração de infração de deveres partidários. -III- manifestar-se em qualquer reunião, mantido o decoro, sem ser interrompido, exceto se concedido apartes, na forma do regimento interno da reunião ou evento. -IV- o direito de resposta em caso de citação pessoal. Art.8º São obrigações dos filiados: -I- divulgar, pregar e defender as idéias da MD e seus símbolos, bem como incrementar o crescimento da MD, participando ativamente das campanhas de seus candidatos e neles votando ou na legenda; -II- contribuir para a sua manutenção financeira; -III- respeitar as posições divergentes em qualquer recinto da MD. Se cometido excesso, o filiados será advertido por qualquer dirigente presente, para que modere sua atitude; qualquer ato de violência, agressão pessoal, moral ou física será imediatamente punido com a suspensão do direito de voto, afastamento do agressor do recinto e encaminhamento dos fatos ao Tribunal de Ética, para apuração e aplicação das penalidades cabíveis. -IV- exercer com probidade, li-

sura, decore, transparência e respeito ao dinheiro público, todos os cargos e mandatos para os quais for nomeado ou eleito. **CAPÍTULO IV** das medidas disciplinares Seção I - da competência Art. 9º - A apuração dos fatos, julgamento e punição de acusado por indisciplina e/ou infidelidade partidária, compete: -I- aos dirigentes partidários, no grau e âmbito de suas atribuições, nas hipóteses previstas nestes estatutos, exceto se da competência privativa do Tribunal de Ética; -II- ao Tribunal de Ética: a)- originariamente, às suas câmaras, nas hipóteses dos arts. 14 a 19 e 21 a 23, provocado por qualquer filiados ou dirigente partidário, ou mediante procedimento ex-offício do próprio Tribunal; b)- em grau de recurso, ao tribunal pleno; -III- em grau de recurso ao Congresso Nacional, quando as decisões do Tribunal de Ética não forem unânimes. § Primeiro - Observar-se-á na aplicação de quaisquer medidas disciplinares, o disposto nestes estatutos e os procedimentos estatuidos no Código de Ética. § Segundo - As decisões transitadas em julgado constituem título hábil para cobrança dos valores decorrentes de penas pecuniárias aplicadas. Seção II - das penalidades Art.10º - São medidas disciplinares, aplicadas isolada ou cumulativamente, segundo a gravidade do ato e a critério do Tribunal de Ética, ou pelas direções partidárias, no âmbito de sua competência; a).advertência verbal ou escrita; b).expulsão de recinto; c).suspensão do direito de voto; d).suspensão das atividades partidárias, de três a doze meses; e).destituição de função em órgãos partidários f).destituição de cargo comissionado; g).desligamento temporário da bancada com substituição pelo suplente da MD; h).perda de prerrogativas, inclusive cargo de liderança; i).perda de cargos e funções exercidos em decorrência de representação e proporção partidária; j). multa; l).indenização; m).perda de mandato; e n).expulsão, com cancelamento de filiação. Seção III - do enquadramento Art.11 - As penas a que se refere o artigo 10º destes estatutos, serão aplicadas: I - advertência verbal ou escrita - ao infrator primário do disposto no artº 6º, v e artº 8º, i, ii, iii. II - expulsão de recinto - ao infrator reincidente do disposto no artº 8º, iii. III - suspensão do direito de voto - ao infrator primário do disposto no artº 6º, i, ii, iii, e ao reincidente no artº 8º, i, ii, iii. IV - suspensão das atividades partidárias - ao infrator primário do disposto no artº 6º, i, ii, iii, reincidente no artº 6º, v, e ao reincidente reiterado no artº 8º, i, ii, iii. V - destituição de função eletiva em órgãos partidários - ao infrator primário do disposto no artº 6º, i, ii, iii, ao reincidente, no artº 6º, v, e ao reincidente reiterado no artº 8º, i, ii, iii. VI - destituição de cargo "ad nutum" - ao infrator primário do disposto no artº 6º, i, ii e iii, ao reincidente, no artº 6º, v, e ao reincidente reiterado, no artº 8º, i, ii, iii. VII - desligamento temporário da bancada ao infrator primário do disposto no artº 6º, i, ii, iii, ao reincidente, no artº 6º, v, e ao reincidente reiterado, no artº 8º, i, ii, iii. VIII - perda de prerrogativas, inclusive cargo de liderança, ao infrator primário do disposto no artº 6º, i, ii, iii, ao reincidente, no artº 6º, v, e ao reincidente reiterado no artº 8º, i, iii, iii. IX - perda de cargos e funções exercidos em decorrência de representação e proporção partidária - ao infrator primário do disposto no artº 6º, ii, ii, iii, ao reincidente, no artº 6º, v, e ao reincidente reiterado, no artº 8º, i, iii, iii. X - multa de 10% - ao infrator reincidente do disposto no artº 8º, ii. XI - indenização - na hipótese de desligamento da MD, voluntário ou disciplinar, em valor equivalente a remuneração total auferida em doze meses, ao parlamentar. XII - perda de mandato - ao infrator primário do disposto no artº 6º, iv e vii, ao reincidente no artº 6º, ii, iii, iii, e ao reincidente reiterado no artº 6º, v, e no artº 8º, ii, iii, iii, bem como, ao filiados no curso de mandato parlamentar, no caso de desligamento voluntário ou disciplinar. Nesta hipótese, assumirá o suplente da MD, na ordem de classificação. XIII - expulsão, com cancelamento de filiação, ao infrator primário do disposto no artº 6º, iv e vii., ao reincidente no artº 6º, ii, iii, iii, e ao reincidente reiterado no artº 6º, v, e no artº 8º, ii, iii, iii. **TÍTULO III** da estrutura partidária Capítulo I do funcionamento Seção I - dos órgãos partidários Art. 12 - São órgãos da MD: -I- de deliberação: - os Congressos, as Convenções eleitorais, as Plenárias e o Tribunal de Ética. -II- de direção e ação: - o Diretório Nacional, as Executivas Nacional, Estaduais e Municipais e as Comissões Provisórias Municipais; -III- de assessoramento: - as Coordenações Nacionais e Regionais, os Conselhos Políticos Nacional e Regionais, o Conselho Fiscal, os Departamentos que vierem a ser instalados pela Executiva Nacional e a Fundação; -IV- de ação parlamentar: - as Bancadas no Senado, na Câmara Federal, nas Assembléias Legislativas e Distritais e nas Câmaras Municipais; -V- de cooperação: - os núcleos de base; § Primeiro - As executivas estaduais, por resolução, poderão dividir os Municípios com mais de 1.000.000 de habitantes e os da Capital, em distritos englobando várias zonas, aos quais se aplicarão os dispositivos pertinentes a municípios, no que couberem. § Segundo - Todas as instâncias partidárias serão compostas por representantes das duas Agremiações que deram origem a MD, cabendo a cada uma o preenchimento de: 50% (cinquenta por cento), proporção essa que será mantida, independentemente do ingresso de novas lideranças para integrar qualquer órgão. § Terceiro - As vagas não preenchidas serão reservadas para os novos integrantes. § Quarto - As presidências dos diversos órgãos partidários serão distribuídas de forma a manter a equivalência entre as duas agremiações que deram origem a MD, cabendo à agremiação que não exercer a presidência, um membro a mais na respectiva composição. Seção II - das convocações Art.13 - Ressalvadas as disposições específicas, a convocação de Congressos, Convenções Eleitorais, Plenárias e Diretório Nacional far-se-á por edital publicado na imprensa oficial, com antecedência mínima de 8 dias, contendo indicação do lugar, dia e hora da reunião, matéria incluída na pauta e objeto da deliberação, além de fixação do edital, no mesmo prazo, nas respectivas secretarias municipais, na estadual e na nacional, conforme o caso: no plano nacional - pela Executiva Nacional ou por 51% do Diretório nacional; no plano estadual - pelas Executivas Nacional ou Estadual; no plano municipal - pelas Executivas Estadual ou Municipal, Art.14 - A convocação de membros de Executivas, do Tribunal de Ética e do Conselho Fiscal, far-se-á por notificação pessoal, fax, telegrama ou qualquer outro meio de co-

municação usual, com antecedência de 8 dias, contendo indicação do lugar, dia e hora da reunião, matéria incluída na pauta e objeto da deliberação, além de fixação do edital, no mesmo prazo, nas respectivas secretarias municipais, na estadual e na nacional, conforme o caso: no plano nacional - pelo Presidente Nacional, pelo Vice-Presidente Executivo, pelo Secretário Geral ou por 1/3 dos Membros da Executiva Nacional; no plano estadual - pela Executiva Nacional, por Coordenadores Nacionais no cumprimento das tarefas que lhes forem cometidas, pelo Presidente, pelo Secretário ou por 1/3 dos Membros da Executiva estadual; no plano municipal - pelas Executivas Estadual ou Municipal. § Único - Em caráter extraordinário, para evitar perecimento de direito ou dano ao partido, os membros de quaisquer órgãos poderão ser convocados em prazo menor e informalmente, para deliberar sobre matéria de urgência devidamente fundamentada. Seção III - do quorum de instalação e de deliberação Art.15 - O Congresso Nacional, as Convenções Eleitorais, as Plenárias, os Conselhos políticos, o Diretório nacional, as Executivas, o Tribunal de Ética e o Conselho fiscal, decidem, no âmbito de sua atuação, com a presença de 2/3 de seus membros e suas decisões serão tomadas, salvo disposição especial, por 51% de seus integrantes. Art.16 - A Convenção Municipal delibera com a presença de no mínimo 51% dos filiados habilitados e suas decisões serão tomadas, salvo disposição especial, pela maioria de votos presentes. Seção IV - da habilitação do filiados Art.17 - Só estará habilitado para o exercício do voto e ser votado, o filiados: -I- inscrito no partido até um ano antes do evento, salvo nas hipóteses previstas nestes estatutos, fixando prazo menor. -II- que estiver no exercício das atividades partidárias; -III- quite com suas obrigações partidárias, entre as quais a contribuição obrigatória e sendo dirigente ou candidato, também a prestação de contas devida. § Único - A inscrição de filiados para concorrer aos pleitos, só poderá ser indeferida, se desatendido qualquer dos incisos deste artigo. Art.18 - Ressalvadas as disposições especiais fixadas nestes estatutos, os Congressos e as Convenções Eleitorais realizar-se-ão no período das dez horas às dezoito horas, improrogavelmente, procedendo-se, ato contínuo, à apuração dos votos. § Primeiro - As deliberações serão baseadas em voto direto e aberto, sendo vedado o voto por procuração e o voto cumulativo. § Segundo - Na apuração dos votos não serão computados os votos em branco e nulo. § Terceiro - O nome dos candidatos para o mesmo pleito, cargo ou função, constarão das relações nos locais de votação, em ordem alfabética. § Quarto - As demais normas regentes das deliberações dos Congressos, serão fixadas por resolução da executiva nacional, enviada aos convençionais até 30 dias antes da realização do conclave. § Quinto - As normas regentes das Convenções Eleitorais, serão fixadas por resolução da executiva nacional, publicadas no prazo assinalado pela Justiça Eleitoral e enviadas aos convençionais até 30 dias antes da realização do conclave. **CAPÍTULO II** Dos Órgãos de Deliberação Seção I - do Congresso Nacional Art.19 - O Congresso Nacional é o órgão supremo do partido e se constitui: -I- dos membros do Diretório Nacional -II- dos Parlamentares da MD com assento no Congresso Nacional -III- dos membros do Conselho Político Nacional -IV- de dois representantes das Direções Estaduais, oriundos das duas Agremiações que deram origem a MD Art.20 - Compete ao Congresso Nacional: -I- fixar diretrizes para a atuação partidária em todo o País, traçando a linha política e parlamentar de âmbito nacional, a ser seguida pelos representantes da MD; -II- eleger os membros do diretório nacional, do tribunal de ética, do conselho fiscal e seus respectivos suplentes; -III- decidir sobre reforma do programa, dos estatutos e do código de ética; -IV- julgar os recursos das decisões do tribunal de ética e do diretório nacional; -V- decidir soberanamente os assuntos políticos e partidários, bem como os referentes ao patrimônio da MD; -VI- decidir sobre fusão ou incorporação de outras Agremiações Políticas; -VII- dissolver o partido e determinar a destinação do seu patrimônio; Art.21 - O Congresso Nacional reunir-se-á ordinariamente, para decidir matéria de sua competência, nos meses de julho dos anos ímpares e extraordinariamente, sempre que convocado na forma do artº 27. Seção II - da Convenção Eleitoral Nacional Art.22 - A Convenção Eleitoral Nacional é o órgão máximo em matéria eleitoral e se constitui: -I- dos membros do Diretório Nacional -II- dos Parlamentares da MD com assento no Congresso Nacional -III- dos membros do Conselho Político Nacional -IV- de dois representantes das Direções Estaduais, oriundos das duas Agremiações que deram origem a MD. Art.23 - Compete à Convenção Eleitoral Nacional: -I- escolher os candidatos à Presidência e Vice-Presidência da República, Governadores, Vice-Governadores, Senadores e Suplentes; -II- analisar e aprovar a plataforma dos candidatos à Presidência da República e aos Governos estaduais; -III- autorizar ou referendar coligações. § Primeiro - Só serão acolhidas, sob protocolo da secretaria geral, inscrição de candidatos a cargos eletivos majoritários, bem como, propostas de coligação no plano nacional, que obtenham o apoio de pelo menos 1/5 dos convençionais em dia com suas obrigações partidárias. § Segundo - O apoio do mesmo convencional a dois candidatos ao mesmo cargo, ou a duas propostas de coligação, será considerado inexistente em ambos, para efeito da contagem a que se refere o artigo anterior. Art.24 - A escolha, pela Convenção Eleitoral Nacional, far-se-á por votações consecutivas, a saber: -I- na primeira votação, os convençionais decidirão por maioria absoluta, entre a apresentação de candidatos próprios, coligação com apresentação de candidato para compor chapa majoritária, ou coligação simples; -II- definida essa etapa, os convençionais procederão a escolha, sendo considerado indicado o candidato ou candidatos, ou, a proposta de coligação, segundo a decisão anterior, que obtiver maioria absoluta; -III- não alcançada essa maioria, os convençionais procederão a nova escolha entre os três primeiros colocados, candidatos ou coligação, conforme opção anterior escolhida, sendo considerado vencedor o que obtiver o maior número de votos válidos. Seção III - do congresso estadual Art.25 - O congresso estadual para deliberar acerca das matérias de sua competência, é constituída: -I- dos membros da Direção Estadual; -II- dos Parlamentares da MD com assento nas Assembléias Legislativas; -III-